



CÂMARA DOS DEPUTADOS

**SOLICITAÇÃO DE INFORMAÇÃO AO TCU
N.º 24, DE 2016
(Do Sr. Arnaldo Jordy)**

Solicita informações ao Tribunal de Contas da União, Ministro Augusto Nardes, acerca do uso de recursos públicos na Olimpíada 2016.

DESPACHO:
SUBMETA-SE À MESA. PUBLIQUE-SE.

PUBLICAÇÃO INICIAL
Art. 137, caput - RICD

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos dos artigos 70 e 71, II e VII da Constituição Federal que, ouvida a Mesa, sejam adotadas as providências necessárias para a apresentação de Solicitação de Informações ao Tribunal de Contas da União – TCU, Sr. Ministro Augusto Nardes, encarregado de fiscalizar o uso de recursos públicos na Olimpíada 2016, nos seguintes termos:

- Qual foi o montante dos recursos públicos federais gastos na Olimpíada 2016?
- De que forma esses recursos foram gastos?
- Se o Governo Federal repassou recursos públicos aos estados, relacionados às Olimpíadas 2016, quais receberam e qual foi o valor repassado para cada um?
- Qual foi o gasto do Governo Federal na segurança dos locais de competição?
- Qual foi o montante de isenções fiscais que o comitê e seus patrocinadores e prestadores de serviço receberam?

JUSTIFICAÇÃO

O Comitê Rio-2016 afirma que seu orçamento é, na totalidade, privado, mas sabe-se que o Governo Federal já assumiu gastos como a segurança dos locais de competição (no interior e no controle de raio-X) e a garantia do fornecimento de energia elétrica no Parque Olímpico. Além disso, o comitê e seus patrocinadores e prestadores de serviço receberam isenções fiscais e o Estado do RJ recebeu recentemente verbas para garantir a segurança da Olimpíada.

Em outubro do ano passado, o Governo Federal revogou um artigo da "Lei da Olimpíada" em que se comprometia em sanar déficits do Comitê Rio-2016. No novo governo, já houve R\$ 2,9 bilhões doados ao Rio para segurança e R\$ 120 milhões para as cerimônias de abertura e encerramento. Agora cogita-se enviar mais R\$ 100 milhões para a Paraolimpíada.

Carlos Arthur Nuzman, presidente do Comitê Rio 2016, insiste que não existe obrigação de a entidade abrir suas contas, já que se trata de uma empresa

privada, mas diante da liberação de verbas públicas, certo seria que o Comitê Rio-2016 abrisse totalmente suas contas ao público, garantindo transparência quanto ao uso do dinheiro público.

Pelo acima exposto e pela urgência do esclarecimento desses fatos, solicito a aprovação da presente Solicitação ao TCU.

Sala das Sessões, em 24 de agosto de 2016.

Deputado Arnaldo Jordy
PPS/PA

FIM DO DOCUMENTO
